

UNIVERSIDADE FEDERAL DA GRANDE DOURADOS- UFGD

FACULDADE DE ADMINISTRAÇÃO, CIÊNCIAS CONTÁBEIS E  
ECONOMIA - FACE

CURSO DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS

**VALÉRIA DE LIMA MARTINS**

**ESTUDO COMPARATIVO DA DEMONSTRAÇÃO DE  
ORIGENS E APLICAÇÕES DE RECURSOS E  
DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA**

**Dourados**

**2010**

**VALÉRIA DE LIMA MARTINS**

**ESTUDO COMPARATIVO DA DEMONSTRAÇÃO DE  
ORIGENS E APLICAÇÕES DE RECURSOS E  
DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA**

Monografia apresentado ao Curso de Ciências Contábeis, da Universidade Federal da Grande Dourados, como requisito para obtenção do título de Bacharel em Ciências Contábeis.

Orientador: Prof. Dr. Luciano Rosa

**Dourados**

**2010**

VALÉRIA DE LIMA MARTINS

TRABALHO DE CONCLUSÃO DO CURSO DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS

**ESTUDO COMPARATIVO DA DEMONSTRAÇÃO DE  
ORIGENS E APLICAÇÕES DE RECURSOS E  
DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA**

---

Orientador: Prof. Doutor Luciano Rosa  
UFGD – Universidade Federal da Grande Dourados

---

Examinador: Prof. Manfredo Rode  
UFGD – Universidade Federal da Grande Dourados

---

Examinador: Prof<sup>a</sup>. Juarez Marques  
UFGD – Universidade Federal da Grande Dourados

## **DEDICATÓRIA**

*Dedico este trabalho aos meus pais que sempre acreditaram no meu potencial.*

## **AGRADECIMENTOS**

Á Deus pela vida, e por ter carregado no colo quando meus pés não podiam mais me sustentar.

Aos meus pais (Cícero e Virlene) que estiveram sempre presentes nos momentos bons e principalmente nos momentos ruins, pelo apoio e incentivo, por todo o carinho e compreensão.

Ao Cleiton, por entender minhas ausências, partilhar sua experiência e me ajudar a crescer.

As minhas amigas Ana Cláudia, Mariana, Larissa, Ana Paula, Juliana, Kely, Luciana, Caroline, Nely, e Carine que repartiram os momentos de angústia e me ajudou a organizar minhas palavras para tomarem forma de trabalho. Meu respeito e admiração a todas.

Ao meu orientador Dr. Luciano Rosa por um longo ano de caminhada até chegarmos aqui.

A todos os professores que contribuíram durante todo o curso para a nossa formação.

# SUMÁRIO

<b>1 INTRODUÇÃO</b> .....	9
1.1 DEFINIÇÃO DO PROBLEMA.....	10
1.2 OBJETIVOS .....	11
1.2.1 Objetivo Geral .....	11
1.2.2 Objetivos Específicos.....	11
1.3 JUSTIFICATIVA .....	12
<b>2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA</b> .....	13
2.1 DEMONSTRAÇÃO DAS ORIGENS E APLICAÇÕES DE RECURSOS .....	13
2.1.1 Importância .....	14
2.1.2 Vantagens da Demonstração das Origens e Aplicações de Recursos .....	14
2.1.3 Capital Circulante Líquido .....	15
2.1.4 Origens de Recursos das Operações .....	19
2.1.5 Aplicações de Recursos .....	19
2.1.6 Estruturação da Demonstração das Origens e Aplicações de Recursos .....	20
2.2 DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA .....	20
2.2.1 Finalidade .....	22
2.2.2 Disponibilidades .....	23
2.2.3 Estrutura da Demonstração dos Fluxos de Caixa .....	24
2.2.4 Métodos de Elaboração da Demonstração dos Fluxos de Caixa.....	27
<b>3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS</b> .....	33
<b>4 COMPARAÇÃO ENTRE A DOAR E A DFC</b> .....	34
<b>5 CONSIDERAÇÕES FINAIS</b> .....	38
<b>REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS</b> .....	39

## LISTA DE FIGURAS E QUADROS

	Página
<b>FIGURA 1 - CAPITAL CIRCULANTE LÍQUIDO (POSITIVO).....</b>	16
<b>FIGURA 2 - CAPITAL CIRCULANTE LÍQUIDO (NEGATIVO).....</b>	16
<b>FIGURA 3 - MÉTODO DIRETO X MÉTODO INDIRETO.....</b>	32
<b>QUADRO 1- ESTRUTURA DA DEMONSTRAÇÃO DE ORIGENS E APLICAÇÕES DE RECURSOS.....</b>	19
<b>QUADRO 2 - ESTRUTURA DO FLUXO DE CAIXA DA DFC.....</b>	21
<b>QUADRO 3 - ESTRUTURA DA DFC PELO MÉTODO DIRETO.....</b>	28
<b>QUADRO 4 - ESTRUTURA DA DFC PELO MÉTODO INDIRETO.....</b>	31
<b>QUADRO 5 - VANTAGENS E DESVANTAGENS DA DOAR E DA DFC.....</b>	35
<b>QUADRO 6 - COMPARATIVO ENTRE DFC E DOAR.....</b>	37

## RESUMO

A contabilidade é uma fonte de informações para a tomada de decisões e deve ser moldada visando suprir as necessidades dos usuários com informações úteis. Para tanto, a elaboração de demonstrações contábeis objetivas e de fácil entendimento é de suma importância.

Este trabalho caracterizou duas Demonstrações Contábeis utilizadas no Brasil: a Demonstração das Origens e Aplicações de Recursos (DOAR) e a Demonstração dos Fluxos de Caixa (DFC) que veio substituir a publicação da Primeira com a sanção da Lei nº 11.638/07, com o intuito de harmonizar a legislação brasileira com as Normas Contábeis Internacionais. A metodologia utilizada para a pesquisa foi do tipo descritiva focada em informações bibliográficas, quanto à forma de exposição do problema esta pesquisa foi elaborada de forma qualitativa, com base em diversos autores de forma a desenvolver a parte teórica sobre o tema.

A DFC provou ser de fácil elaboração e interpretação, mas, principalmente, mostrou-se uma decisão acertada no que diz respeito à equiparação às Normas Internacionais. Contudo, não podemos desconsiderar que a DOAR por ser um demonstrativo muito rico em informações, e é importante que seja preservada a sua elaboração.

**Palavras-chave:** Demonstração do Fluxo de Caixa (DFC), Demonstração das Origens e Aplicações de Recursos (DOAR), Características.

# 1 INTRODUÇÃO

As Sociedades Empresárias de capital aberto ou fechado devem fornecer aos usuários internos, para fins de tomada de decisão e, usuários externos (principalmente analistas de mercado e investidores), informações sobre os resultados econômicos obtidos no transcorrer do exercício financeiro. Para isso, recorrem às demonstrações e relatórios contábeis, sendo estes a base que sustenta e fornece de forma clara e objetiva as informações financeiras e contábeis provenientes das operações e transações, bem como a evolução do patrimônio e a remuneração do capital investido.

Devido às alterações que a Lei das Sociedades por Ações sofreu, com a Lei 11.638 de 28 de Dezembro de 2007, essas demonstrações tornaram-se mais transparentes e comparativas, de forma a facilitar os investimentos nos mercados acionistas de empresas brasileiras ou internacionais.

A fim de minimizar os conflitos de informações contábeis entre os usuários de países diferentes, iniciou o processo de Convergência das Normas Contábeis. Uma das alterações realizadas foi a substituição da Publicação da Demonstração das Origens e Aplicações de Recursos (DOAR) pela Publicação da Demonstração dos Fluxos de Caixa (DFC), ambas de caráter financeiro, mas com finalidades diferentes, determinando alterações nas práticas contábeis e administrativas das empresas brasileiras em relação as práticas contábeis internacionais. Em suma, enquanto a DOAR apresenta as origens e aplicações de recursos de curto e longo prazo, explicando a variação do Capital Circulante Líquido (CCL), possibilitando a compreensão da posição financeira de uma empresa, a DFC demonstra as alterações, do caixa e equivalentes de caixa, que ocorreram num determinado período, e através de um resumo dos fluxos de caixa que são divididos em atividades: operacionais, de investimento e de financiamento, assim atendendo as necessidades dos usuários interessados em informações contábeis sob o ponto de vista financeiro de uma empresa. (BUZIAN, 2008).

Pelo fato da Demonstração do Fluxo de Caixa ser utilizada com o objetivo de substituir a publicação Demonstração das Origens e Aplicações de Recursos, o foco deste trabalho é apresentar as principais características, considerando as qualidades e a importância das duas demonstrações, como instrumentos gerenciais para os usuários em suas tomadas de decisões além de fazer uma análise comparativa avaliando se essa substituição será capaz de evidenciar benefícios ou perdas para as Sociedades Empresárias.

## 1.1 DEFINIÇÃO DO PROBLEMA

Esta pesquisa tem como tema um estudo comparativo entre a Demonstração de Origens e Aplicações de Recursos e a Demonstração do Fluxo de Caixa. Segundo Marion, 2007, p. 63:

Seguindo a tendência internacional e também em função das demandas internas, principalmente por parte dos analistas de mercado e investidores institucionais, a maioria defende a substituição da Demonstração de Origens e Aplicações de Recursos (DOAR) pela Demonstração do Fluxo de Caixa (DFC).

A lei 11638/07 veio para harmonizar as práticas contábeis desenvolvidas no Brasil com as utilizadas nos outros países, visto que essa forma de padronização fornece uma contabilidade mais ajustada e transparente para aqueles que as utilizarão: os usuários da contabilidade. A partir dessa lei, tornou-se possível efetuar comparações entre as demonstrações contábeis de anos anteriores ou ainda com demonstrações de outras empresas.

Enquanto a DOAR objetiva evidenciar as origens de recursos e as aplicações, ou seja, possibilita a visualização da variação do Capital Circulante Líquido, a DFC divulga toda a movimentação ocorrida num determinado período, isto é, as entradas de capital e a aplicação de tais valores oriundos das saídas de caixa.

Assim tem-se como objetivo responder à seguinte pergunta:

A substituição da publicação da DOAR pela publicação da DFC, a partir da Lei 11.638/07 trouxe algum benefício?

## 1.2 OBJETIVOS

### 1.2.1 Objetivo Geral

Avaliar se a substituição da publicação da DOAR pela publicação da DFC, com o advento da Lei 11.638/07, trouxe ou não benefícios para os usuários da contabilidade.

### 1.2.2 Objetivos Específicos

- Apresentar os conceitos, diferenças, qualidades da DOAR e da DFC;
- Comparar as duas Demonstrações;
- Analisar as vantagens e desvantagens que cada Demonstração poderá trazer aos usuários interessados.

### 1.3 JUSTIFICATIVA

A lei 11638/07 veio com o intuito de eliminar as barreiras que dificultavam a inserção das Companhias brasileiras nos mercados internacionais, como também unificar e convergir às práticas contábeis utilizadas por cada economia a fim de reduzir as divergências dos resultados econômicos encontrados por cada uma delas. Com isso, as Demonstrações contábeis sofreram alterações, delimitações e abrangências em sua base legislativa. Uma delas é a substituição da publicação da DOAR pela publicação da DFC, visto que atenderia as necessidades dos investidores e analistas de mercado.

Pode-se entender que a DOAR procura apresentar as origens dos recursos, onde é aplicado o capital que entra na empresa e o resultado obtido com essas transações. É importante evidenciar que tanto as entradas e saídas de recursos devem ser iguais, por consequência, todas as origens possuem aplicações e toda aplicação foi motivada por origens de recursos. Cabe aqui, enfatizar que não é característica principal da DOAR o entendimento dessa igualdade, pois essa demonstração é finalizada com a explicação do CCL. Por isso, dá-se a impressão que origens e aplicações são superiores entre si (origens maiores quando a DOAR apresenta variação positiva do CCL e aplicações superiores quando a DOAR evidencia uma variação negativa do CCL). Dessa maneira, ela visa representar as mutações da posição financeira em sua totalidade, deixando que a DFC vislumbre o fluxo de tais disponibilidades, ou seja, elucidar as entradas e saídas de dinheiro em um dado período de tempo (FIPECAFI, 2007). Essa demonstração é obrigatória pela Lei das Sociedades por Ações, e o Conselho Federal de Contabilidade a tornou obrigatória para todas as demais sociedades. (IUDICÍBUS, et. al. 2010):

Assim, torna-se essencial um estudo que evidencie conceitos, as diferenças, vantagens e desvantagens da DOAR e da DFC, para que se possa analisar qual a Demonstração que mais contribui para a decisão de investimento por parte dos investidores e gestores das empresas.

## 2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Fazem parte da contabilidade várias informações, regras e normas, que em diversas situações estão contrárias as práticas contábeis, e com isso provocando inúmeras divergências. É por isso que as informações devem estar de acordo com as normas internacionais (International Financial Reporting Standart - IFRS), de forma a divulgarem informações seguras e transparentes aos investidores e acionistas, com isso possibilitando uma fonte de financiamento externa trazendo grandes vantagens à economia brasileira (LOPES; ARAÚJO, 2008).

Seguindo com a conceituação dos autores acima, as informações contábeis se tornaram ainda mais importantes para a decisão de investidores e para a gestão de administradores. Pelo fato de uma mesma transação poder ser registrada de forma diferente, dependendo do país, causando divergências nas contas patrimoniais e contas de resultado, as normas internacionais vieram no sentido de harmonizar as práticas contábeis internacionais.

A contabilidade está inserida no contexto de globalização de economia mundial, em termos principalmente de movimentação de recursos internacionais e de redução das barreiras comerciais entre as nações. Nesse sentido, ações estão sendo desenvolvidas com o objetivo de harmonizar as normas de contabilidade, de maneira que as transações idênticas tenham impactos iguais nas contas patrimoniais e de resultados das sociedades, independentemente dos países onde estejam localizadas. (LOPES; ARAUJO, 2008, p.2)

### 2.1 DEMONSTRAÇÃO DAS ORIGENS E APLICAÇÕES DE RECURSOS

A Demonstração das Origens e Aplicações de Recursos (DOAR), como o próprio nome indica, objetiva apresentar de uma maneira ordenada e sintética, principalmente as informações que dizem respeito às operações de financiamento e investimento da empresa durante o exercício, e demonstrar as alterações na posição financeira da empresa. (FIPECAFI et. al., 2007).

Já Iudícibus (2010) afirma que a DOAR tem por objetivo apresentar informações relativas à atividade financeira da empresa, ou seja, o capital que entra e o que sai da empresas através das operações de investimento e financiamento da empresa. De acordo com o autor:

Essa demonstração, que era obrigatória para muitas empresas, agora não mais, procura evidenciar as origens de recursos que ampliam a folga financeira de curto prazo (ou o capital circulante líquido, numa linguagem mais técnica) e as aplicações que consomem essa folga (IUDICIBUS, 2010, p.5).

Quanto à origem de recursos e aplicações, utilizaremos Marion (2003a) que conceitua as origens de recursos como todas as operações que aumentam do capital de giro (CCL), por exemplo, financiamento a longo prazo, vendas de ativos permanentes, entre outros e as aplicações como operações que diminuem o capital circulante líquido, por exemplo, a compra de um ativo imobilizado.

### 2.1.1 Importância

A DOAR é muito útil, pois a mesma fornece dados importantes para os gestores de uma empresa, que junto ao Balanço Patrimonial (BP) e a Demonstração dos Resultados dos Exercícios (DRE) demonstram a real situação financeira da empresa, podendo assim ter uma análise da empresa e um prospecto para o futuro.

De acordo com as Normas Brasileiras de Contabilidade T 3.6.1.1 (CFC, 2003, p. 103):

A demonstração das origens e aplicações de recursos é a demonstração contábil destinada a evidenciar, num determinado período, as modificações que originaram as variações no capital circulante líquido da Entidade.

### 2.1.2 Vantagens da Demonstração das Origens e Aplicações de Recursos

A DOAR, segundo MARION (2003, p. 474):

Indica quanto foi investido no Ativo Permanente resultante da soma do Lucro gerado (mais os ajustes) de novos recursos incorporados ao capital e de novos recursos de terceiros a Longo Prazo.

De acordo com o mesmo autor, é possível verificar que a empresa está com sua situação financeira debilitada se a mesma estiver utilizando mais capital de terceiros, ou seja, se as origens decorrentes de Capital de Terceiros se reduzirem ao percentual inferior a 50%,

teremos participação mais elevada de recursos gerados pela própria empresa ou pelos proprietários. A frequência com a empresa renova seu imobilizado também pode ser verificada, podendo assim melhorar a produtividade e a qualidade de seus produtos. E analisar quantos anos a empresa demora a pagar suas dívidas a longo prazo através do Lucro líquido Ajustado no último período.

### 2.1.3 Capital Circulante Líquido

A DOAR evidencia a variação do Capital Circulante Líquido (CCL), mostrando as alterações financeiras que ocorreram na empresa durante o exercício social. A fórmula mais comum de se obter o CCL é através da diferença entre o Ativo Circulante Líquido (ACL) e o Passivo Circulante Líquido (PCL). Mas de acordo com FIPECAFI (2007, p. 423) o conceito financeiro do CCL é mais abrangente:

Pode-se visualizar o CCL pela diferença entre fontes de financiamento de longo prazo (exigível a longo prazo mais o patrimônio líquido) e de investimento de Longo Prazo (realizável a longo prazo mais o ativo permanente).

O CCL da empresa pode ser positivo, negativo ou nulo. Positivo quando o ativo circulante é maior que o passivo circulante, ou seja, a empresa está trabalhando no curto prazo com capital de giro próprio, demonstrando uma folga financeira. Negativo quando o ativo circulante é menor que o passivo circulante, Em outras palavras, a empresa está trabalhando no curto prazo com capital de giro de terceiros, significando que está com problemas para saldar suas dívidas a curto prazo. Pode ser considerado nulo quando o ativo e o passivo circulante se igualam, evidenciando que a empresa está sem folga financeira. As figuras a seguir representarão melhor essa afirmação.

<b>ATIVO</b>	<b>PASSIVO</b>
Ativo Circulante	Passivo Circulante
CCL	
Ativo Não Circulante	Passivo Não Circulante

**FIGURA 1 - CAPITAL CIRCULANTE LÍQUIDO (POSITIVO):**

**FONTE:** adaptado do modelo de FIPECAFI (2007, p.424)

Ativo Circulante	Passivo Circulante
	CCL
Ativo Não Circulante	Passivo Não Circulante

**FIGURA 2 - CAPITAL CIRCULANTE LÍQUIDO (NEGATIVO):**

**FONTE:** adaptado do modelo de FIPECAFI (2007, p.424)

Informações sobre os investimentos e financiamentos também podem ser obtidos através da DOAR, segundo IUDÍCIBUS apud PEREIRA (2001, p. 67):

Os recursos abrangem não somente o dinheiro ou disponibilidades financeiras da empresa, representando um conceito mais amplo que inclui o capital de giro líquido, ou seja, o "Capital Circulante Líquido", conforme consta na Lei 6404/76 das Sociedades Anônimas.

O Art. 188 da Lei nº 6.404/76 define como devem ser classificados os grupos que compõem a Demonstração das Origens e Aplicações de Recursos (DOAR):

I - as origens dos recursos, agrupadas em:

- a) lucro do exercício, acrescido de depreciação, amortização ou exaustão e ajustado pela variação nos resultados de exercícios futuros;
- b) realização do capital social e contribuições para reservas de capital;
- c) recursos de terceiros, originários do aumento do passivo exigível a longo prazo, da redução do ativo realizável a longo prazo e da alienação de investimentos e direitos do ativo imobilizado.

II - as aplicações de recursos, agrupadas em:

- a) dividendos distribuídos;
- b) aquisição de direitos do ativo imobilizado;
- c) aumento do ativo realizável a longo prazo, dos investimentos e do ativo diferido;
- d) redução do passivo exigível a longo prazo.

III - o excesso ou insuficiência das origens de recursos em relação às aplicações, representando aumento ou redução do capital circulante líquido;

IV - os saldos, no início e no fim do exercício, do ativo e passivo circulantes, o montante do capital circulante líquido e o seu aumento ou redução durante o exercício.

A estruturação da DOAR é composta: (1) de dois Balanços Patrimoniais consecutivos, pois as variações do Capital Circulante Líquido serão extraídas deles; (2) Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido (DMPL), onde constam informações que afetam o CCL; (3) a Demonstração do Resultado do Exercício (DRE), de onde pode ser extraído o lucro líquido para os ajustes necessários das contas que não afetam o CCL ;(4) de um Razão, onde serão encontradas informações cujos saldos não constam isoladamente nas demonstrações citadas anteriormente e (5) além de outros registros contábeis.

Assim, será possível obter as informações necessárias para a elaboração da DOAR, permitindo-se ter uma visão das duas principais decisões financeiras da empresa, que podem ser , de investimento e de financiamento.

Ainda sobre a estrutura da DOAR, Iudícibus e Marion (2002, p.213) acrescentam:

...a estruturação básica da Demonstração de Origens e Aplicações de Recursos deve evidenciar claramente, se possível individualizando as operações (evitando sempre que seja material, construir a demonstração apenas por diferença de saldos do Balanço) e atribuindo denominações bem esclarecedoras, as Origens (Fontes) e as Aplicações (Usos) de Recursos.

Nas palavras de PEREIRA (2001, p. 63):

A DOAR tem por finalidade indicar as modificações na posição financeira da companhia discriminando a origem dos recursos e as aplicações de recursos não correntes, e o excesso ou insuficiência das origens desses recursos em relação às aplicações, representam aumento ou redução do capital circulante líquido – CCL.

O quadro 1 apresenta a estrutura da Demonstração de Origens e Aplicações de Recursos estabelecida pela Lei nº 6.404/76. Podemos verificar que a estrutura da DOAR evidencia as variações ocorridas no CCL, bem como o aumento ou a redução do mesmo. Para

identificar as essas variações é preciso ter um bom entendimento da demonstração, pois só assim terá a visão de quais as origens e aplicações que provocaram o aumento ou a redução.

## I – ORIGENS DE RECURSOS

### 1º) Das Operações

- (+/-) Resultado Líquido do Exercício
- (+) Despesas de Depreciação, Amortização e Exaustão
- (+) Perda por Equivalência Patrimonial
- (+) Prejuízo na Venda de Bens e Direitos do Ativo Permanente
- (-) Ganhos por Equivalência Patrimonial
- (-) Lucro na Venda de Bens e Direitos do Ativo Permanente
- (+) Recebimentos no período classificados como Resultado de Exercícios Futuros
- (-) Transferência de Resultado do Exercício Futuro para o resultado do exercício
- (+/-) Outras despesas e receitas que não afetam o Capital Circulante Líquido

### 2º) Dos Proprietários

- (+) Realização do Capital Social e contribuições para Reservas de Capital

### 3º) De Terceiros

- (+) Redução de Bens e Direitos do Ativo Realizável a Longo Prazo
- (+) Valor de alienação de Bens ou Direitos do Ativo Permanente
- (+) Aumento do Passivo Exigível a Longo Prazo

- a) Dividendos Pagos, creditados ou propostos

## II – APLICAÇÕES DE RECURSOS

- b) Aumento do Ativo Realizável a Longo Prazo

- c) Aquisição de Bens e Direitos do Permanente

d)Redução do Passivo Exigível a Longo Prazo			
III – VARIACÃO DO CAPITAL CIRCULANTE LÍQUIDO(I – II)			
IV – DEMONSTRAÇÃO DAS VARIAÇÕES DO CAPITAL CIRCULANTE LÍQUIDO			
Elementos	Inicial	Final	Variações
Ativo Circulante			
(-)Passivo Circulante			
(=)Capital Circulante Líquido			

**QUADRO 1:** ESTRUTURA DA DEMONSTRAÇÃO DE ORIGENS E APLICAÇÕES DE RECURSOS:

**FONTE:** adaptado de FIPECAFI (2007, p.436)

#### 2.1.4 Origens de Recursos das Operações

A apresentação e apuração da DOAR parte do lucro líquido, tal qual na DRE, e depois exclui os registros de receita ou despesa, que não geraram nem origens e nem aplicações de recursos no período.

São exemplos de origens de recursos: (1) Financiamento a longo prazo; (2) aumento de capital em dinheiro; (3) vendas de itens do Ativo Permanente (AP) e (4) vendas de itens do Passivo Realizável(PR) a longo prazo. Estas são operações que aumenta o Capital Circulante Líquido (MARION, 2003).

#### 2.1.5 Aplicações de Recursos

As aplicações de recursos causam reduções CCL e devem ser registrados pelos valores dos recursos reais aplicados, sem juntar as variações. Segundo CFC (2003) são exemplos de aplicações: (1) recursos destinados ao pagamento das participações nos lucros aos sócios ou acionistas; (2) recursos aplicados na aquisição do permanente e no aumento dos

ativos de longo prazo;( 3) os recursos aplicados na redução de obrigações de longo prazo e, (4) os reembolsos de capital.

### 2.1.6 Estruturação da Demonstração das Origens e Aplicações de Recursos

A Demonstração das Origens e Aplicações de Recursos, conforme a NBC T 3.6.2.1 (2003, p. 103):

A Demonstração das Origens e Aplicações de Recursos discriminará:

- a) o valor resultante das operações da Entidade, correspondente ao resultado líquido do período, retificado por valores que não geraram movimentação de numerário ou não afetaram o capital circulante, que tanto poderá constituir-se em origens ou em aplicação de recursos;
- b) as origens dos recursos, compreendendo:
  - os aportes de capital;
  - os recursos provenientes da realização de ativos de longo prazo e permanentes;
  - os recursos provenientes de capital de terceiros de longo prazo.
- c) as aplicações dos recursos, compreendendo:
  - os recursos destinados ao pagamento das participações nos lucros aos sócios ou acionistas;
  - os recursos aplicados na aquisição do permanente e no aumento dos ativos de longo prazo;
  - os recursos aplicados na redução de obrigações de longo prazo;
  - os reembolsos de capital.
- d) a variação do capital circulante líquido, resultante da diferença entre os totais das origens e das aplicações dos recursos.
- e) demonstração da variação do capital circulante líquido, compreendendo os saldos iniciais e finais do ativo e do passivo circulante, e respectivas variações líquidas do período.

## 2.2 DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA

A Demonstração dos Fluxos de Caixa não era obrigatória no Brasil, com exceção de alguns casos, mas com o surgimento da lei 11.638 de Dezembro de 2007, que modificou a lei 6.404/76, tornou a DFC uma demonstração obrigatória, para substituir a DOAR.

Segundo ERNEST & YOUNG (2009, p.74):

As informações contidas na demonstração dos fluxos de caixa são úteis para a compreensão sobre a capacidade da empresa de gerar recursos e facilitam aos

usuários desenvolver modelos para determinar e comparar o valor presente dos fluxos de caixa futuros de diferentes empresas.

A DFC fornece aos seus usuários informações úteis, para que possa ser possível analisar a capacidade da empresa gerar caixa e equivalentes de caixa. Demonstrando, de forma direta e indireta, as entradas e saídas de capital, provenientes das atividades operacionais, de investimento e de financiamento, e através dessa demonstração, verificar a necessidade de liquidez e tomar decisões econômicas benéficas para empresa.

O quadro 2 apresenta a estrutura do fluxo de caixa da DFC, que é um dispositivo importante para avaliar a situação econômica da empresa, pois a partir deste instrumento é possível traçar planos, metas e até mesmo a viabilidade de financiamentos e empréstimos.

**1. Ingressos (entradas de recursos)**

Recebimento de clientes

(+) Recebimentos de empréstimos de curto prazo

(+) Dividendos recebidos de investimentos avaliados pelo custo

(-) Pagamento a fornecedores

(-) Impostos e contribuições pagos

(-) Pagamento de despesas operacionais, inclusive despesas antecipadas

(=) Recursos derivados das Operações

(+) Recebidos por venda de bens permanentes

(+) Resgate de aplicações temporárias

(+) Ingresso de novos empréstimos

(+) Integralização de capital

(+) Resgate de depósitos judiciais

(+) Ingresso de outros recursos

**(=) Total das entradas de recursos**

**2. Aplicação de recursos**

Pagamento de dividendos

Aquisição de participações societárias

Aplicações no AP (imobilizado e diferido)

Pagamento de empréstimos a longo prazo

Outros pagamentos

**3. Variação líquida do disponível (1 – 2)**

**4. (+) Saldo inicial do disponível**

**5. (=) Saldo final do disponível (3 + 4)**

**QUADRO 2 - ESTRUTURA DO FLUXO DE CAIXA DA DFC**

**FONTE:** Adaptado de MARION (2003, p. 444)

### 2.2.1 Finalidade

A principal finalidade da DFC é apresentar informações importantes para a compreensão dos usuários dessa demonstração e avaliação da capacidade de a entidade gerar caixa e equivalentes de caixa. Conforme explica IUDÍCIBUS (2010, p. 565) a partir da DFC que os investidores, credores e outros usuários podem avaliar:

1. a capacidade de a empresa gerar futuros fluxos líquidos positivos de caixa;
2. a capacidade de a empresa honrar seus compromissos, pagar dividendos e retornar empréstimos obtidos;
3. a liquidez, solvência e flexibilidade financeira da empresa;
4. a taxa de conversão de lucro em caixa;
5. a performance operacional de diferentes empresas, por eliminar os efeitos de distintos tratamentos contábeis para as mesmas transações e eventos;
6. o grau da precisão das estimativas passadas de fluxos futuros de caixa;
7. os efeitos, sobre a posição financeira da empresa, das transações de investimento e de financiamento etc.

O fluxo de caixa é uma demonstração que oferece um conjunto de informações úteis que auxiliam os usuários da contabilidade em uma tomada de decisão. Através dessa demonstração é possível os gestores analisarem se a empresa tem capacidade de fazer um investimento, um empréstimo ou uma aplicação. Até mesmo para que uma empresa consiga um empréstimo junto a uma instituição de crédito, na maioria das vezes, é exigida a apresentação da DFC para ceder um crédito.

De acordo com MARION (2007) de uma forma sucinta, a DFC mostra a origem de todo o dinheiro que entrou no Caixa, como também a aplicação de todo o dinheiro que saiu do Caixa em determinado período, e, ainda, o Resultado do Fluxo Financeiro.

Dessa maneira, é de fundamental relevância que sejam citados os principais requisitos para elaboração do demonstrativo de Fluxo de Caixa, apontada por IUDÍCIBUS *et. al.* (2010, p. 566):

- ✓ Evidenciar o efeito periódico das transações de caixa segregadas por atividades operacionais, atividades de investimento e atividades de financiamento;
- ✓ Evidenciar separadamente, em Notas Explicativas que façam referência à DFC, as transações de investimento e financiamento que afetam a posição patrimonial da empresa, mas não impactam diretamente os fluxos de caixa do período;
- ✓ Conciliar o resultado líquido (lucro/prejuízo) com o caixa líquido gerado ou consumido nas atividades operacionais.

O Pronunciamento Técnico CPC 3 destaca alguns benefícios das informações sobre os Fluxos de Caixa:

- ✓ Quando usada em conjunto com as demais demonstrações contábeis, proporciona informações que habilitam os usuários a avaliar as mudanças nos ativos líquidos de uma entidade, sua estrutura financeira e sua capacidade para alterar os valores e prazos dos fluxos de caixa, a fim de adaptá-los às mudanças nas circunstâncias e oportunidades;
- ✓ São úteis para avaliar a capacidade de a entidade gerar recursos dessa natureza, com isso os usuários podem avaliar e comparar o valor presente de futuros fluxos de caixa;
- ✓ Aumenta a comparabilidade dos relatórios do desempenho operacional por diferentes empresas, por que elimina os efeitos decorrentes do uso de diferentes tratamentos contábeis, para as mesmas transações e eventos;
- ✓ Possibilidade de uso das informações históricas sobre o fluxo de caixa como indicador da importância, época e certeza de futuros fluxos de caixa;
- ✓ Utilidade para conferir a exatidão de avaliações anteriormente feitas de futuros fluxos de caixa e examinar a relação entre a lucratividade e o fluxo de caixa líquido, e o impacto de variações de preço.

## 2.2.2 Disponibilidades

A expressão disponibilidade significa caixa, que por sua vez necessita de um significado mais amplo, ou seja, além do dinheiro em caixa propriamente dito, também considera os equivalentes-caixa (aplicações) (FIPECAFI, 2007)

### 2.2.2.1 Caixa

Caixa refere-se ao numerário em espécie e depósitos bancários disponíveis, ou seja, o montante de dinheiros em mãos., que geralmente permanece na tesouraria da entidade para efetuar os pagamentos como os gastos de pequeno valor. Em outras palavras, abrange os fundos de caixa pequeno ou aqueles mantidos para atender finalidades específicas (BUZIAN, 2008 apud MARQUES; BRAGA, 2003)

### 2.2.2.2 Equivalentes de Caixa

Equivalentes de caixa são aplicações financeiras de alta liquidez e de rápida conversão em dinheiro. Dessa maneira, Breda (2010) afirma que os equivalentes de caixa são aplicações financeiras de curto prazo e estão sujeitas a um diminuto risco de mudança de valor.

Para que um investimento seja reconhecido como um equivalente de caixa, são necessários três requisitos (IUDICÍBUS et. al., 2010, p. 566):

- ✓ Ser de curto prazo;
- ✓ Ser de alta liquidez; e
- ✓ Apresentar insignificante risco de mudança de valor;

Mas nem todos os investimentos que atendem aos três requisitos são necessariamente considerados como equivalentes de caixa. Deve-se observar também a política de gestão da entidade, pois existem inúmeras práticas de gestão de caixa.

O Pronunciamento Técnico CPC 03 explica que o DFC exige que a entidade não divulgue somente os componentes de caixa e equivalentes de caixa, bem como a política que adota para sua determinação.

### 2.2.3 Estrutura da Demonstração dos Fluxos de Caixa

O fluxo de caixa é um dos instrumentos mais eficientes que os gestores podem utilizar para um melhor controle financeiro, de acordo com a necessidade da atividade econômica de cada empresa.

O Comitê de Pronunciamentos Contábeis, a partir do IAS 7, afirma:

A entidade deve apresentar seus fluxos de caixa decorrentes das atividades operacionais, de investimento e de financiamento da forma que seja mais apropriada a seus negócios. A classificação por atividade proporciona informações que permitem aos usuários avaliar o impacto de tais atividades sobre a posição financeira da entidade e o montante de seu caixa e equivalentes de caixa. Essas informações podem também ser usadas para avaliar a relação entre essas atividades.

#### 2.2.3.1 Atividades Operacionais

São a todas as operações relacionadas à atividade principal da empresa, como por exemplo, compra e venda de produtos ou serviços, ou seja, estão relacionadas a produção e entregas de bens e serviços, e não a atividade de financiamento ou investimento. E mostra a capacidade da empresa manter sua capacidade operacional.

Vejamos abaixo alguns exemplos de entradas e saídas relativos a atividade operacional, conforme BREDA (2010, p. 130):

- a) recebimentos de caixa pela venda de mercadorias e pela prestação de serviços;
- b) recebimentos de caixa decorrentes de *royalties*, honorários, comissões e outras receitas;
- c) pagamentos de caixa a fornecedores de mercadorias e serviços;
- d) pagamentos de caixa a empregados ou por conta de empregados;
- e) recebimentos e pagamentos de caixa por seguradora de prêmios e sinistros, anuidades e outros benefícios da apólice;
- f) pagamentos ou restituição de caixa de impostos sobre a renda, a menos que possam ser especificamente identificados com as atividades de financiamento ou de investimento; e
- g) recebimentos e pagamentos de caixa de contratos mantidos para negociação imediata ou disponíveis para venda futura.

### 2.2.3.2 Atividades de Investimento

São operações de aquisição ou venda de ativos permanentes, aplicações em outras entidades, isso proporciona uma variação dos ativos de longo prazo que a empresa utiliza para produzir seus produtos e serviços (IUDICÍBUS *et. al.*, 2010).

Segundo ERNEST & YOUNG (2009, p. 75):

A divulgação separada dos fluxos de caixa provenientes das atividades de investimentos é importante porque os fluxos de caixa representam a extensão pela qual os dispêndios foram feitos relativamente aos recursos destinados a gerar rendimentos e fluxos de caixa futuros.

Segue abaixo alguns exemplos de fluxos de caixa ligados a atividade de investimento, conforme BREDA (2010, p. 131):

- a) pagamentos de caixa para aquisição de ativo imobilizado, intangível e outros ativos de longo prazo.
- b) recebimentos de caixa resultantes da venda de ativo imobilizado, intangível e outros ativos de longo prazo;
- c) pagamentos para aquisição de ações ou instrumentos de dívida de outras entidades e participações societárias em *joint ventures*;
- d) recebimentos de caixa provenientes da venda de ações ou instrumentos de dívida de outras entidades e participações societárias em *joint ventures*;
- e) adiantamentos de caixa e empréstimos feitos a terceiros;
- f) recebimentos de caixa por liquidação de adiantamentos ou amortização de empréstimos concedidos a terceiros;
- g) pagamentos de caixa por contratos futuros, a termo, de opção e *swap*, exceto quando tais contratos forem mantidos para negociação imediata ou venda futura, ou os pagamentos forem classificados como atividades de financiamento; e
- h) recebimentos de caixa por contratos futuros, a termo, de opção e *swap*, exceto quando tais contratos forem mantidos para negociação imediata ou venda futura, ou os recebimentos forem classificados como atividades de financiamento.

### 2.2.3.3 Atividades de Financiamento

As atividades de financiamento estão relacionadas com as alterações ocorridas no Patrimônio Líquido, empréstimos de credores e investidores à entidade. É sua característica a obtenção de recursos próprios e o retorno através da distribuição dos dividendos e amortização de capitais de terceiros.

Segundo IUDICÍBUS *et. al.* (2010, p. 569):

Os fluxos de caixa provenientes das atividades de financiamento são úteis para prever as exigências sobre futuros fluxos de caixa pelos fornecedores de capital à entidade, bem como a capacidade que a empresa tem, utilizando recursos externos, para financiar as atividades operacionais e de financiamento.

Exemplos de Fluxos de Caixa decorrentes das atividades de financiamento, segundo BREDA (2010, p.132):

- a) caixa recebido pela emissão de ações ou outros instrumentos patrimoniais;
- b) pagamentos de caixa a investidores para adquirir ou resgatar ações da entidade;
- c) caixa recebido proveniente da emissão de debêntures, empréstimos, títulos e valores, hipotecas e outros empréstimos de curto e longo prazos;
- d) amortização de empréstimos e financiamentos, incluindo debêntures emitidas, hipotecas, mútuos e outros empréstimos de curto e longo prazos; e
- e) pagamentos de caixa por arrendatário, para redução do passivo relativo a arrendamento mercantil financeiro.

### 2.2.3.4 Transações de Investimento e Financiamento sem efeito no caixa

As transações de investimento e financiamento que não afetam ativos e passivos não podem ser incluídas na DFC, mas devem ser evidenciadas em Notas Explicativas, podendo ser de forma narrativa ou em tabela, fornecendo todas as informações devidas a respeito das atividades de investimentos e financiamentos. Pois essas transações ,apesar de não impactarem no caixa e equivalentes de caixa, elas alteram a estrutura do capital e do ativo de uma empresa (BREDA, 2010).

São exemplos de transações que não afetam o caixa e equivalentes de caixa, segundo Iudícibus *et. al.* (2010, p. 569):

- ✓ Aquisição de imobilizado via contrato de arrendamento mercantil;
- ✓ Aquisição de imobilizado via assunção de passível específico;
- ✓ Dívidas convertidas em aumento de capital;
- ✓ Bem recebido por doação;

- ✓ Troca de ativos e passivos não caixa por outros ativos e passivos não caixa;
- ✓ Aquisição de entidade por meio de ações;

#### 2.2.4 Métodos de Elaboração da Demonstração dos Fluxos de Caixa

Como já foi dito, todas as operações realizadas no caixa e equivalentes de caixa da empresa, devem ser divulgadas no DFC da Empresa, divididas por atividades: operacionais, de investimento e de financiamento. A soma dos resultados líquidos dessas atividades deve mostrar a variação no caixa (IUDICÍBUS *et. al.*, 2010).

O fluxo de caixa originário das atividades operacionais pode ser utilizado de dois métodos diferentes: Método Direto e Método Indireto. Enquanto o método direto mostra as entradas e saídas de dinheiro de forma detalhada; o método indireto faz uma conciliação entre o caixa gerado pelas operações e o lucro líquido, utilizando como base as demonstrações mais importantes: Balanço Patrimonial e Demonstração dos Resultados do Exercício.

##### 2.2.4.1 Método Direto

O método direto mostra as entradas e saídas de dinheiro dos itens das atividades operacionais e devem ser apresentadas de modo que fique bem detalhado todo o fluxo das operações.

O método direto explicita as entradas e saídas brutas de dinheiro dos principais componentes das atividades operacionais, como os recebimentos pelas vendas de produtos e serviços e os pagamentos a fornecedores e empregados. O saldo final das operações expressa o volume líquido de caixa provido ou consumido pelas operações durante um período (IUDICÍBUS *et. al.*, 2010, p. 573).

Este método deve detalhar os fluxos das operações, conforme afirma FIPECAFI (2007, p. 442):

- ✓ Recebimento de clientes, incluindo os recebimentos de arrendatários, concessionários e similares;
- ✓ Recebimento de juros e dividendos;
- ✓ Outros recebimentos das operações, se houver;
- ✓ Pagamentos a empregados e fornecedores de produtos e serviços, aí incluídos segurança, propaganda, publicidade e similares;
- ✓ Juros pagos;
- ✓ Impostos;
- ✓ Outros pagamentos das operações, se houver.

Para que se utilize o Fluxo de Caixa das Atividades Operacionais gerado pelo Método Direto, deve ser feita a conciliação com o lucro líquido do período e ser evidenciado em Notas Explicativas. Essa conciliação deve mostrar os itens a serem conciliados e as variações, separadamente, nos saldos das contas Clientes, Fornecedores e Estoques. (IUDICÍBUS *et. al.*, 2010).

O quadro abaixo mostra a estrutura da DFC pelo Método Direto.

**ATIVIDADES OPERACIONAIS**

**Recebimentos Operacionais de:**

- ✓ Clientes – (vendas a vista, a prazo e adiantamento)
- ✓ Rendimentos de aplicações financeiras
- ✓ Juros de empréstimos concedidos
- ✓ Dividendos recebidos
- ✓ Outros recebimentos

**Pagamentos Operacionais a:**

- ✓ Fornecedores (de matérias-primas e de mercadorias e adiantamentos)
- ✓ Salários e encargos
- ✓ Tributos
- ✓ Encargos Financeiros
- ✓ Outros pagamentos

**ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS**

- ✓ Aplicações financeiras (com prazo de vencimentos maior que três meses)
- ✓ Empréstimos concedidos
- ✓ Participações em controladas/coligadas e outras empresas
- ✓ Terrenos
- ✓ Obras Civis
- ✓ Móveis – utensílios – instalações
- ✓ Máquinas – ferramentas – equipamentos
- ✓ Veículos de uso
- ✓ Equipamentos de processamento de dados
- ✓ Software/aplicativos de informática

**ATIVIDADES DE FINANCIAMENTOS**

- ✓ Empréstimos bancários
- ✓ Financiamentos/leasing
- ✓ Recursos próprios
- ✓ (-) Dividendos pagos

**QUADRO 3 - ESTRUTURA DA DFC PELO MÉTODO DIRETO:**

**FONTE:** Adaptado de IUDICIBUS (2010, p. 578)

#### 2.2.4.2 Método Indireto

O método indireto faz uma espécie de conciliação entre o caixa gerado pelas operações e o lucro líquido e por isso, e segundo Iudícibus *et. al.* 2010, é também chamado de método da conciliação.

Para que isso seja possível é necessário primeiramente ajustar o lucro líquido ou prejuízo, pelo valor das operações que não afetaram as disponibilidades, mas que de certa forma demonstram a variação do período, conforme dita Breda, 2010, p. 134:

- a) mudanças ocorridas no período nos estoques e nas contas operacionais a receber e a pagar;
- b) itens que não afetam o caixa, tais como depreciação, provisões, impostos diferidos, variações cambiais não realizadas, resultado de equivalência patrimonial em investimentos e participação de minoritários, quando aplicável; e
- c) todos os outros itens cujos efeitos sobre o caixa sejam fluxos de caixa decorrentes das atividades de investimento ou de financiamento.

Para utilização desse método é necessário levar em conta algumas regras para sua elaboração, que na visão da FIPECAFI (2007, p.445) são as seguintes:

- ✓ remover do lucro líquido os diferimentos de transações que foram caixa no passado, como gastos antecipados, crédito tributário etc. e todas as alocações no resultado de eventos que possam ser caixa no futuro, como as alterações nos saldos das contas a receber e a pagar do período; e
- ✓ remover do lucro líquido as alocações ao período do consumo de ativos de longo prazo e aqueles itens cujos efeitos no caixa sejam classificados como atividades de investimento ou financiamento: depreciação, amortização do goodwill e ganhos e perdas na venda de imobilizado e/ou em operações em descontinuidade (atividades em investimentos); e ganhos e perdas na baixa de empréstimos (atividades de financiamento)

O Fluxo de Caixa das Atividades Operacionais realizado pelo Método Indireto, não detalha as entradas e saídas de dinheiro do caixa, somente demonstra a variação ocorrida nas disponibilidades. Esse método é um dos preferidos pelos que elaboram o Fluxo de Caixa, justamente pela semelhança com elaboração da Demonstração das Origens e Aplicações de Recursos, pelo fato de já estarem adaptados a esta. Mas o Fluxo de Caixa das Atividades Operacionais realizado pelo Método Direto é o mais recomendado pelo FASB e o IASB, pois o Método da Conciliação deixa algumas lacunas importantes na evidenciação das informações (MARION, 2003).

Seguindo as regras básicas de elaboração da DFC pelo Método Indireto, pode-se observar uma vantagem deste método em relação ao Método Direto. Segundo entendimento da FIPECAFI (2007, p. 446):

A grande vantagem do método indireto pela sua capacidade de deixar claro que certas variações no caixa geradas pelas operações se dão por alterações nos prazos de recebimentos e de pagamentos, ou por incrementos, por exemplo, dos estoques. Assim, num exercício pode haver aumento no caixa das operações porque se reduziu o prazo de recebimento dos clientes ou porque se aumentou o prazo de pagamento dos fornecedores. Esse fato pode ocorrer só num período e não tender a se repetir no futuro. Por isso, é relevante sua evidenciação, o que não ocorre de forma transparente no método direto.

O Fluxo de Caixa das Atividades Operacionais gerado pelo Método Indireto é compulsório a evidenciação em Notas Explicativas dos montantes de juros, os valores de imposto de renda e da contribuição social sobre o lucro líquido pagos durante o período. (IUDICÍBUS *et. al.*, 2010, p.573).

Os juros pagos devem ser demonstrados no fluxo de caixa independente se foi gerado como um gasto na Demonstração de Resultados, ou gerado como Custos de Empréstimos Obtidos (ERNEST & YONG; FIPECAFI, 2007). Pelo fato desse elemento transitar pela demonstração de resultado, a FASB o classifica no grupo das atividades operacionais (FIPECAFI *et. at.*, 2007). De outra maneira se os juros pagos forem custos de obtenção de recursos financeiros, estes podem ser classificados como fluxo de caixa de financiamento (ERNEST & YONG; FIPECAFI, 2007).

O imposto de renda e a contribuição social sobre o lucro líquido foram identificados como uma determinada transação que resulta em fluxos de caixa, os mesmos devem ser classificados como atividades de investimento ou de financiamento, caso contrário, devem ser apresentados separadamente no fluxo de caixa das atividades (IUDICÍBUS *et. al.*, 2010).

Sendo utilizado o método indireto para a apresentação do fluxo de caixa das atividades operacionais, os valores do imposto de renda e da contribuição social sobre o lucro líquido pagos durante o período devem ser informados de forma detalhada em notas explicativas. O pagamento dos valores retidos na fonte de terceiros e apenas recolhidos pela empresa deve ser classificado conforme sua origem. (IUDICÍBUS *et. al.*, 2010, p.570).

O quadro abaixo mostra a estrutura da Demonstração de Fluxo de Caixa pelo Método Indireto.

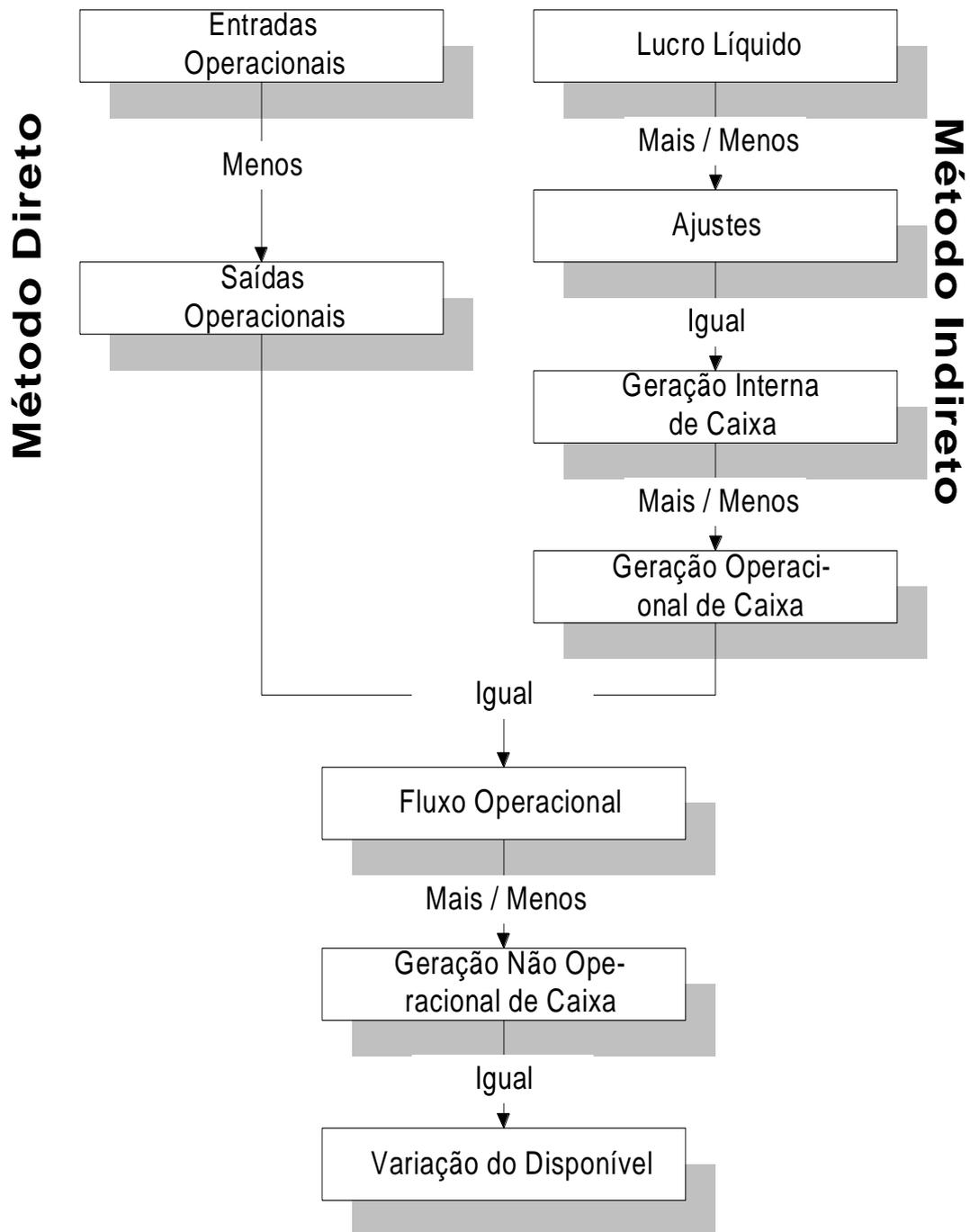
<p><b>I – Origens dos recursos</b></p> <p>1º) Das Operações:</p> <p>(+/-) Resultado Líquido do Exercício</p> <p>(+/-) Ajustes (iguais aos da DOAR)</p> <p>( = ) Resultado Líquido Ajustado</p> <p>( + ) Aumentos Líquidos nas contas do Passivo Circulante</p> <p>( - ) Aumentos Líquidos nas contas do Ativo Circulante</p> <p>2º) Dos Proprietários (igual DOAR)</p> <p>3º) De Terceiros (igual DOAR)</p> <p><b>II – Aplicação dos Recursos (igual DOAR)</b></p> <p><b>III – Variação Líquida do Disponível (I – II)</b></p> <p><b>IV – Saldo Inicial do Disponível</b></p> <p><b>V – Saldo Final do Disponível (III + IV)</b></p>
--

**QUADRO 4 - ESTRUTURA DA DFC PELO MÉTODO INDIRETO**

**FONTE:** Adaptado IUDICÍBUS (2010, p. 578)

Após esta exposição detalhada de Método Direto e Indireto, vale ressaltar que diferença entre os mesmos encontra-se apenas nos fluxos das atividades operacionais, já que os fluxos das atividades de financiamento e de investimentos são demonstrados da mesma forma em ambos os métodos.

A figura 3 mostra um modelo gráfico, por meio do qual será possível visualizar de forma mais simplificada a diferença entre os dois métodos.



**FIGURA 3 - MÉTODO DIRETO X MÉTODO INDIRETO**

**FONTE:** SÁ (1998, p. 36)

### 3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

A pesquisa tem um caráter pragmático, segundo Gil (2008, p. 17) é um:

...procedimento racional e sistemático que tem como objetivo proporcionar respostas aos problemas que são propostos. (...) Desenvolvida mediante o concurso dos conhecimentos disponíveis e (...) procedimentos científicos.

Este trabalho se propõe a fazer uma análise além das descrições, passando à interpretação. A pesquisa básica apresenta conhecimentos a respeito das Demonstrações estudadas – DOAR e DFC – e analisa dentre as características de ambas, qual fornece a melhor interpretação e compreensão das mutações e fluxos provenientes dos recursos originados e aplicados pelos proprietários e terceiros como também a efetiva contribuição perante as informações geradas que dará suporte a tomada de decisão.

A pesquisa pode se classificada como qualitativa, já que concentra a coleta de dados e informações em livros, artigos e materiais buscados na internet. Também pode ser considerada exploratória, pois oferece maiores informações sobre o assunto, visto que o mesmo vem sendo muito discutido entre a sociedade contábil. De acordo com Gil, 2008, p. 41 “visa proporcionar maior familiaridade com o problema, com vistas a torná-lo mais explícito ou a construir hipóteses”.

Através dos dados obtidos, com base no referencial teórico, foi feita uma comparação, a fim de interpretar e analisar os resultados, avaliando se a substituição da publicação da DOAR pela publicação da DFC, com o advento da Lei 11.638/07, trouxe ou não benefícios para os usuários da contabilidade.

## 4 COMPARAÇÃO ENTRE A DOAR E A DFC

Tanto a DOAR quanto a DFC mostram aos usuários informações que corroboram na tomada de decisão. Enquanto a DOAR enfatiza mais o Capital Circulante Líquido, a DFC privilegia o caixa da empresa.

Por ter variações em função do capital circulante líquido e por ser uma demonstração que possibilita a visualização da posição financeira da empresa, a DOAR é considerada mais abrangente, pois não só possui uma característica de médio e longo prazo, mas também permite aos seus usuários obter informações futuras da empresa. Mas, por utilizar o Método Indireto em sua elaboração, tem seu entendimento dificultado. Quando a DFC é elaborado através do método Indireto, ela se assemelha a DOAR. Neste contexto, vale ressaltar que, de acordo com a FIPECAFI (2003, p. 403): “o método de obtenção indireta do caixa gerado pelas atividades operacionais é uma continuação da seqüência utilizada na DOAR para obter o capital circulante gerado pelas operações.” DFC possibilita passar informações

Quando se tem por meta a visualização de informações referentes somente ao fluxo das disponibilidades, mostrando as entradas e saídas de valores monetários, caracterizando-se à curto prazo, A DFC é a melhor opção. A partir disto, é possível que a empresa realize um planejamento financeiro, evidenciando as sobras de caixa, como também o melhor momento de se contrair empréstimos para suprir as necessidades de caixa.

A DFC é mais eficaz nas análises feitas para prazos mais curtos, por possuir um conteúdo mais detalhado, sendo assim, de mais utilidade ao gerente financeiro. A DOAR, por conseguinte, proporciona uma visão do comportamento do CCL a médio e longo prazos. Para aqueles que têm acesso as Demonstrações Contábeis em períodos anuais, A DOAR tem maior capacidade informativa. Contudo, seu conteúdo é de compreensão mais difícil por grande parte dos usuários (IUDÍCIBUS; MARION, 2002).

O quadro 5 demonstra de forma resumida as vantagens e desvantagens da DOAR e da DFC:

<b>Vantagens</b>	
<b>DOAR</b>	<b>DFC</b>
Fornecer informações que não constam em outras demonstrações; por esse motivo, quando elaborada por um usuário externo, com base nas informações do balanço e da demonstração do resultado, não é tão completa e informativa.	É imprescindível para pessoas físicas e jurídicas que se dedicam a algum tipo de negócio (Matarazzo, 1995)
Possibilita melhor conhecimento da política de investimento e de financiamento da empresa.	Mostra a real condição de pagamento das dívidas; sua inadequabilidade administrativa pode levar à insolvência ou iliquidez das empresas (Matarazzo, 1995).
Possui poder preditivo segundo alguns autores.	O fluxo de caixa é mais fácil de ser assimilado pelos usuários não habituados com a técnica contábil.
Representa as mudanças na posição financeira em seu todo, sendo mais abrangente do que o fluxo de caixa.	É de mais fácil entendimento do que a DOAR (Martins, 1990).
Possui uma capacidade analítica de longo prazo maior que o fluxo de caixa.	A facilidade de entendimento por parte do usuário não habituado com a técnica contábil, possibilita o aprimoramento da comunicação Contabilidade-usuário (Andersen e IBRACON)
Permite melhor integração entre o lucro contábil e a posição financeira da empresa.	O fluxo de caixa histórico das relevantes informações sobre o fluxo de caixa futuro, porque ilustra como a entidade gera caixa e como ela o gasta. (Glautier e Underdown, 1994)
A DOAR tem uma apresentação mais adequada para administrações com maior grau de conhecimento da teoria contábil.	Existe uma tendência mundial de substituição da DOAR pela DFC. A utilização de procedimentos contábeis globais é um forte motivo para adoção da DFC no Brasil.

<b>Desvantagens</b>	
<b>DOAR</b>	<b>DFC</b>
Depende da conceituação do circulante, o que pode prejudicar sua capacidade analítica.	Seu problema se deve ao fato de não haver um consenso sobre o conceito de caixa a utilizar. Segundo eles, uns aconselham caixa e bancos; outros já consideram também títulos de curto prazo. (Silva, Santos e Ogawa, 1993).
A falta de utilidade da DOAR pode estar ligada ao seu não entendimento (Silva, Santos e Ogawa, 1993).	Há uma tendência de uso do fluxo indireto.
Dificuldades no entendimento da relação entre os elevados valores de resultado da empresa e a insuficiência do capital circulante líquido, para cobertura de suas necessidades, devido à complexidade da DOAR para pessoas não especializadas em técnica contábil-financeira (Martins, 1990).	A DFC tende a aumentar as dúvidas a respeito da validade e a utilidade da Contabilidade.
A DOAR, pela legislação societária, é muito insuficiente para análise contábil (Matarazzo, 1995).	O Fluxo de dividendos recebidos, no modelo do FASB, está misturado com o fluxo de atividades operacional e os juros recebidos e pagos, referente ao capital de giro, estão definidos como parte do fluxo de caixa operacional, distorcendo a real geração de caixa pelas operações (Frezatti, 1996).
O uso da DOAR não tem sido pesquisado de forma científica, inclusive nos países onde a pesquisa contábil se encontra mais desenvolvida (Silva, Santos e Ogawa, 1993).	A DFC não representa a realidade, a partir do momento em que a empresa atrasa conscientemente seus recebimentos e pagamentos, na tentativa de melhorar o fluxo de caixa num período específico (Rutherford <i>apud</i> Braga e Marques, 1996)

**QUADRO 5 - VANTAGENS E DESVANTAGENS DA DOAR E DA DFC:**

**FONTE:** Adaptado de PEREIRA (2001, p.75-76)

A seguir é apresentado o Quadro 6, Comparativo entre DFC e DOAR, sem definições de vantagens ou desvantagens.

<b>DOAR</b>	<b>DFC</b>
Mais Informações	Facilidade de Leitura
Médio e Longo Prazo	Imediatismo
Gestão Financeira e Econômica	Caixa, Solvência e Liquidez
Capital Circulante Líquido	Caixa
Descompasso de Prazo	Adoção Internacional
Elaboração Complexa	Elaborada por Usuários

**QUADRO 6 - COMPARATIVO ENTRE DFC E DOAR**

**FONTE:** Elaboração da autora

## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Pelo fato da contabilidade ser uma geradora de informações para a tomada de decisões ela deve ser moldada também visando suprir as necessidades dos usuários com informações úteis, para que esses tomem uma decisão acertada. Por isso, a elaboração de demonstrações contábeis mais objetivas e de fácil compreensão é de suma importância.

Este trabalho focou-se em um estudo comparativo entre a DOAR e a DFC, mostrando a forma de elaboração, a análise das duas demonstrações e as características de cada uma, proporcionando assim um bom entendimento das mesmas.

Com relação ao objetivo proposto, que foi o de responder, se “A substituição da publicação da DOAR pela publicação da DFC, a partir da Lei 11.638/07 trouxe algum benefício?”, pode-se concluir que as duas possuem semelhanças e diferenças e o que determinou a substituição publicação da DOAR pela publicação da DFC foi primordialmente a facilidade de elaboração, a utilização de forma internacional e a facilidade de interpretação da DFC. Portanto, a decisão mostrou-se acertada, principalmente no que diz respeito à equiparação às Normas Internacionais. Contudo, cabe ressaltar que a DOAR é um demonstrativo muito rico em informações, um instrumento que para efeitos gerenciais é importante que seja preservada a sua elaboração.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRASIL, **Decreto-Lei nº6.404, de 15 de Dezembro de 1976**. Das Sociedades por ações. Disponível em <[www.cvm.gov.br/port/atos/leis/anteprojeto.asp](http://www.cvm.gov.br/port/atos/leis/anteprojeto.asp)>. Acesso em: 15 de Outubro de 2010.

BRASIL. LEI Nº 11.638, DE 28 DE DEZEMBRO DE 2007. Altera e revoga dispositivos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, e da Lei nº 6.385, de 7 de dezembro de 1976, e estende às sociedades de grande porte disposições relativas à elaboração e divulgação de demonstrações financeiras. Disponível em: <[www.planalto.gov.br/ccivil/\\_Ato2007-2010/2007/Lei/L11638.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil/_Ato2007-2010/2007/Lei/L11638.htm)>. Acesso em: 21.06.2010

BREDA, Z. **Princípios de Contabilidade e Normas Brasileiras de Contabilidade**. Porto Alegre: Conselho Regional de Contabilidade do Rio Grande do Sul, 2010. Disponível em: <[www.crcrs.org.br](http://www.crcrs.org.br)> Acesso em: 27 de setembro de 2010.

BUZIAN, R. **DOAR e DFC: conflitos conceituais**. São Paulo, 2008. Dissertação (Mestrado em Ciências Contábeis) – Pós –Graduação em Ciências Contábeis, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. Disponível em: <[www.dominiopublico.gov.br](http://www.dominiopublico.gov.br)>. Acesso em: 29 de Setembro de 2010.

CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE. **Normas Brasileiras de Contabilidade Técnica 03**. Disponível em: <[www.cfc.org.br](http://www.cfc.org.br)> Acesso em: 17 de Setembro de 2010.

CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE. **Princípios fundamentais e normais brasileiras de contabilidade**. Brasília: CFC, 2003.

COMITÊ DE PRONUNCIAMENTOS CONTÁBEIS. **Pronunciamento Técnico 03 - Demonstração do Fluxo de Caixa**. Disponível em: <<http://www.cpc.org.br>>. Acesso em: 17 de Setembro de 2010.

ERNEST & YOUNG, FIPECAFI. **Manual de normas internacionais de contabilidade: IFRS versus normas brasileiras**. São Paulo: Atlas, 2009.

FIPECAFI; et. al.. **Manual de contabilidade das sociedades por ações: aplicável as demais sociedades**. 7 ed. São Paulo: Atlas, 2007.

FIPECAFI – Fundação Instituto de Pesquisas Contábeis, Atuarias e Financeiras, FEA/USP. **Manual de Contabilidade das Sociedades por Ações: aplicável também às demais sociedades**. São Paulo: Atlas, 2003.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4 ed. São Paulo: Atlas, 2008.

IUDICIBUS, S. et. al. **Manual de contabilidade societária**. São Paulo: Atlas, 2010.

IUDICIBUS, S., MARION, J. C. **Introdução à teoria da contabilidade para nível de graduação**. 3 ed. São Paulo: Atlas, 2002.

LOPES, R. M. S; ARAUJO, A. F.. As normas Brasileiras de Contabilidade em adequação para as Normas de Contabilidade Internacional. **Revista Científica Eletrônica de Ciências**

**Contábeis**, São Paulo, mai. 2008. Ano VI - nº 11. Disponível em: <[www.revista.inf.br/contabeis](http://www.revista.inf.br/contabeis)>. Acesso em: 16 de abril de 2010

MARION, J. C. **Contabilidade Empresarial**. 10 ed. São Paulo: Atlas, 2003.

MARION, J.C. **Análise das Demonstrações contábeis: contabilidade empresarial**. 3 ed. São Paulo: Atlas, 2003b

MATARAZZO, D. C. **Análise Financeira de Balanços: Abordagem Básica e Gerencial**. 5ª ed. São Paulo: Atlas, 1998

PEREIRA, M. **As demonstrações das origens e aplicações de recursos (DOAR) e do fluxo de caixa (DFC) e a estrutura de capital de agroindústria de santa Catarina nos anos 90**. Florianópolis, 2001. Dissertação (Mestrado de Ciências Contábeis). Universidade Federal de Santa Catarina. Disponível em: <[www.eps.ufsc.br/~diomario](http://www.eps.ufsc.br/~diomario)>. Acesso em: 23 de Outubro de 2010.

PIVETTA, G. A utilização do fluxo de caixa nas empresas: um modelo para a pequena empresa. **Revista eletrônica de contabilidade**. Santa Maria: UFSM, v. I, n. 2, 2005. Disponível em: <<http://w3.ufsm.br/revistacontabeis/index.php/revistacontabeis>>. Acesso em: 15 de Setembro de 2010.

SÁ, C. A.. **Gerenciamento do fluxo de caixa**. Apostila, São Paulo: Top Eventos, 1998.

SOUZA, M. S. **Fluxo de caixa por regime de competência**. São Paulo, 2006. Dissertação (Mestrado em Ciências Contábeis) – Pós-Graduação em Ciências Contábeis, Departamento de Contabilidade e Atuária, Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade da Universidade de São Paulo. Disponível em: <[www.teses.usp.br](http://www.teses.usp.br)>. Acesso em: 30 de Agosto de 2010.